



**EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE
BELMONTE, E.E.M.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO & DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANO DE 2011**

- **RELATÓRIO DE GESTÃO**
- **BALANÇO**
- **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**
- **DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**
- **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
- **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

BELMONTE
Março de 2012



Relatório de Gestão da EMPDS BELMONTE, E.E.M.

EXERCÍCIO DE 2011

I- CONSIDERAÇÕES GERAIS

Conforme determina o artigo 20º dos Estatutos, o Conselho de Administração vem apresentar o Relatório de Gestão que é acompanhado dos seguintes documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2011: Balanço; Demonstração dos Resultados; Demonstração das Alterações do Capital Próprio; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Anexo às Demonstrações Financeiras.

A Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte continua a apostar numa estratégia de desenvolvimento do Turismo do Concelho de Belmonte, tendo o privilégio de gerir atualmente cinco espaços museológicos de grande qualidade. Distinguem-se dois valiosos temas o Judaísmo e Pedro Álvares Cabral que são grandes responsáveis pelo sucesso e crescimento desta aposta. Para complementar a nossa oferta temos a Villa da Fórnea e a Torre Centum Cellas que atraem bastantes visitantes, a primeira por ser um centro interpretativo de uma vila romana do século II d.C e a segunda por continuar a ser o monumento mais enigmático do Concelho de Belmonte. No ano de 2011, alargámos a nossa oferta também à freguesia de Caria tendo realizado várias visitas à Casa da Torre e à Casa da Roda. Devemos referir ainda o importante contributo do comboio turístico que facilitou as visitas não só a toda a zona histórica de Belmonte, mas também a Caria e Colmeal da Torre para visitar os referidos espaços.

Esta oferta de excelência tem associado um esforço dos privados, conseguindo desta forma satisfazer as necessidades dos visitantes e



prestar um serviço qualificado quer no sector da Restauração quer no sector da Hotelaria. Continuamos a trabalhar em parcerias com todos os Promotores Privados convictos de que só deste modo conseguimos tornar a nossa oferta competitiva e atrativa para as pessoas que nos visitam.

A EMPDS, Belmonte, E.E.M continua a realizar eventos culturais anuais que originam uma maior procura por parte dos visitantes em determinadas alturas do ano.

Pensamos que estamos no caminho certo para continuarmos a realizar um bom trabalho nesta área. Apostamos na promoção e na divulgação de Belmonte e do Concelho para alargarmos o nosso mercado, tendo como objetivo aumentar o fluxo turístico.

A aposta na qualificação dos recursos humanos é continua tendo a finalidade de prestar um serviço de excelência aos nossos visitantes.

Sentimo-nos preparados para enfrentar a crise, uma vez que estamos conscientes dos nossos objetivos, das nossas dificuldades e preparados para contornar os imprevistos e inovar permanentemente.

Para finalizar, a rubrica de custos de todo este processo deve continuar a ser uma prioridade da gestão financeira da Empresa Municipal de Belmonte.



II- A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O ano de 2011 constituiu o sétimo ano de actividade da EMPDS BELMONTE, E.E.M., e seguidamente apresentam-se as principais diferenças entre as previsões para 2011, o realizado em 2011 bem como o comparativo com o realizado em 2010:

Descrição	Previsto 2011	Realizado 2011	Realizado 2010
Custo das Mercadorias Vendidas	44.000,00	38.402,04	39.160,83
Fornecim. E Serv. Externos			
Subcontratos / Custos c/ Actividades	155.000,00	0,00	75.754,78
Outros Fornec. E Serv. Externos	36.000,00	19.576,45	32.742,93
Gastos c/ o Pessoal	103.750,00	100.804,24	98.346,79
Gastos de Depreciação e de Amortização	2.000,00	2.166,60	2.718,79
Outros Gastos e Perdas	0,00	36,96	1.275,22
Gastos e Perdas de Financiamento	0,00	0,00	0,12
Total dos Gastos	340.750,00	160.986,29	249.999,46
Vendas e Serviços Prestados	161.000,00	157.034,33	151.024,79
Subsídios à Exploração	180.000,00	551,33	90.536,53
Outros Rendimentos e Ganhos	1.500,00	4.651,15	730,80
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	0,00	70,75	174,65
Total dos rendimentos	342.500,00	162.307,56	242.466,77
Imposto	0,00	70,51	70,51
Resultado Líquido do exercício	1.750,00	1.391,78	-7.462,18

As diferenças relevantes que se verificam são:

- nos gastos verifica-se que se gastou bastante menos que o previsto no orçamento para 2011, principalmente devido ao



facto de na rubrica de subcontratos, estarem previstos os gastos com atividades a realizar (Festas do Concelho, Feira Medieval do Artesão e outras), que este ano foram concretizadas diretamente pelo Município de Belmonte. No entanto, nas outras rubricas de gastos também se gastou menos que o previsto.

- nos rendimentos constata-se que as vendas e prestações de serviços realizadas cresceram 4% em relação a 2010, embora ligeiramente inferiores às previsões efectuadas, o que representa um sinal muito positivo relativamente ao aproveitamento dos recursos turísticos ao seu dispor;
- ainda nos rendimentos verifica-se que os Subsídios à Exploração recebidos do Município de Belmonte reduziram-se significativamente, devido ao seguinte: primeiro porque, como já se referiu relativamente aos subcontratos, as atividades que estavam previstas realizar pela EMPDS, foram este ano financiadas diretamente pelo Município de Belmonte, embora com o apoio organizativo e logístico da EMPDS; segundo porque a EMPDS em 2011, tornou-se autosuficiente, concretizando toda a sua atividade com as receitas próprias. O valor que consta nos subsídios não diz respeito a nenhuma transferência financeira, mas sim a uma imputação contabilística de subsídios ao investimento do projeto de promoção turística.

III- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Relativamente à situação financeira constata-se um rácio de autonomia financeira superior uma vez que este rácio passou de 13% em 2010 para 36% em 2011. Este acréscimo significativo deveu-se à cobertura efetuada de prejuízos de anos anteriores.



A liquidez da empresa também foi superior relativamente ao ano anterior, tendo o rácio de liquidez geral passado de 1,08 em 2010 para 1,51 em 2011, melhorando a EMPDS Belmonte, EEM, a capacidade para pagar os seus compromissos de curto prazo.

IV- ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

Pela análise da Demonstração de Resultados verifica-se que os Resultados Líquidos da EMPDS BELMONTE, E.E.M. tiveram a seguinte evolução:

(Unid.: Euros)

RESULTADOS		2009	2010	2011
Resultado Líquido do Exercício		-9.492,92	-7.462,18	1.391,78

Os resultados em 2011 evidenciam uma melhoria relativamente a 2010.

Relativamente, à estrutura de Gastos ela é a seguinte em relação às principais rubricas: Gastos com o Pessoal (62,6%), Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (23,8%) e Fornecimentos e Serviços Externos (12,2%).

Em relação à estrutura de Rendimentos ela é a seguinte também em relação às principais rubricas: Prestações de Serviços (59,1%), Vendas (37,7%) e Outros Rendimentos e Ganhos (2,9%).

V- PLANO DE INVESTIMENTO E EXECUÇÃO ANUAL

Nos Instrumentos de Gestão Previsional para 2011 estavam previstos investimentos na modernização administrativa da EMPDS BELMONTE E.E.M. no valor de 3.000,00 €. No entanto o investimento concretizado em 2011 foi de apenas 485,32 €.



VI - OUTRAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais confirma-se:

- a) Não haver ocorrido após o termo do exercício factos relevantes com reflexo directo ou indirecto sobre as contas do exercício de 2011 (artº66, nº5 b)
- b) Não existirem negócios entre a empresa e os seus Administradores (artº66, nº5 e) e 397º)
- c) Não existirem sucursais da empresa em qualquer parte do território nacional e estrangeiro (artº66, nº5 g)
- d) Os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização não são titulares de participações da empresa (artº447)
- e) A empresa não tem quaisquer dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

VII - PERSPECTIVAS PARA 2012

Durante o ano de 2012, estão previstas no Plano de Actividades e Orçamento, uma série de actividades que a serem concretizadas como esperamos, perspectivam um desenvolvimento sustentável da empresa e um contributo para a prestação de melhores serviços aos munícipes do concelho de Belmonte e ao seu enriquecimento cultural.

VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado em 2011 de 1.391,78 € seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Belmonte, 28 de Março de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EMPDS BELMONTE, EEM
Balço em 31 de Dezembro de 2011

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2011	2010
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	6	2.474,22	4.155,50
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	7	47.530,99	30.870,47
Clientes	8	1.521,51	1.665,39
Estado e outros entes públicos	9	11.142,64	14.358,06
Outras contas a receber	10	1.862,44	27,51
Diferimentos	11	151,39	154,62
Caixa e depósitos bancários	12	6.878,19	8.492,66
TOTAL DO ACTIVO		83.009,70	67.514,11
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	13	5.000,00	5.000,00
Resultados transitados	13	18.098,02	8.675,71
Outras variações no capital próprio	13	1.199,80	1.599,36
Resultado líquido de período	13	1.391,78	-7.462,18
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		15.689,60	7.212,89
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Passivos por impostos diferidos	14	211,73	282,24
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	15	30.904,53	36.370,42
Estado e outros entes públicos	16	2.129,76	2.200,08
Outras contas a pagar	17	12.191,81	12.069,30
Diferimentos	18	434,95	988,28
TOTAL DO PASSIVO		45.661,95	51.628,32
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		15.689,60	7.212,89


 8/12

[Handwritten Signature]
12+

EMPDS BELMONTE, EEM
Demonstração de Fluxos de Caixa
para o período findo em 31 de Dezembro de 2011

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		173.337,48	240.559,72
Pagamentos a fornecedores		-89.821,86	-157.848,33
Pagamentos ao pessoal		-101.295,87	-98.346,79
Caixa gerada pelas operações		-17.780,25	-15.635,40
Pagamentos/Recebimentos do imposto sobre o rendimento		-1.102,06	0,00
Outros recebimentos / pagamentos		245,70	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		18.524,61	12.035,90
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		0,00	757,77
Juros e rendimentos similares		68,26	174,85
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		68,26	932,62
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Cobertura de prejuizos		16.955,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Juros e custos similares		-0,12	-0,12
Outras operações de financiamento		0,00	-329,05
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		16.954,88	-329,17
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		18.593,75	12.639,35
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.492,66	23.524,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6.879,19	8.492,66
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		(1.613,47)	(15.032,15)

Impresso pelo 'Modelo de Análise Financeira - MAFIN 2011' propriedade de Gomes & Martins, Lda.

[Handwritten Signature]

8/27

EMPDS BELMONTE, EEM
Demonstração dos Resultados por Naturezas
para o período findo em 31 de Dezembro de 2011



Unidade Monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	19	157.034,33	151.024,79
Subsídios à exploração	20	551,33	90.536,53
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-38.402,04	-39.160,83
Fornecimentos e serviços externos	21	-19.576,45	-108.497,71
Gastos com o pessoal	22	-100.804,24	-98.346,79
Outros rendimentos e ganhos	23	4.651,15	730,80
Outros gastos e perdas	24	-36,96	-1.275,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.417,12	4.083,52
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	25	-2.166,60	-2.718,79
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		250,52	-635,27
Juros e rendimentos similares obtidos	26	70,75	174,65
Juros e gastos similares suportados	27	0,00	-0,12
Resultado antes de impostos		321,27	174,53
Imposto sobre o rendimento do período	28	70,51	70,51
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		250,76	104,02

Impresso pelo 'Modelo de Análise Financeira - MAFIN 2011' propriedade de Gomes & Martins, Lda.



9/27

EMPDS BELMONTE, EEM
Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Unidade Monetária: EURO

		CAPITAL PRÓPRIO, CONTRIBUIÇÕES E RESERVAS												
		6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16		
Saldo em 1 de Janeiro de 2010		5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.238,14	0,00	0,00	1.999,92	15.745,14	0,00	15.745,14
Alterações no período														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.583,43	0,00	0,00	-399,56	-470,07	0,00	-470,07
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.563,43	0,00	0,00	-399,56	-470,07	0,00	-470,07
Resultado integral		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.563,43	0,00	0,00	-399,56	-470,07	0,00	-470,07
Operações com detentores de capital no período														
Outras operações														
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.876,71	0,00	0,00	1.599,36	7.812,89	0,00	7.812,89
Saldo em 1 de Janeiro de 2011		5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.875,71	0,00	0,00	1.599,36	7.812,89	0,00	7.812,89
Alterações no período														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.422,31	0,00	0,00	-399,56	7.462,18	0,00	18.484,93
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.422,31	0,00	0,00	-399,56	7.462,18	0,00	18.484,93
Resultado integral		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.422,31	0,00	0,00	-399,56	7.462,18	0,00	18.484,93
Operações com detentores de capital no período														
Outras operações														
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.098,02	0,00	0,00	1.199,80	1.391,78	0,00	25.689,60

10/27

EMPDS BELMONTE, EEM
Demonstração de Fluxos de Caixa
para o período findo em 31 de Dezembro de 2011

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		173.337,48	240.559,72
Pagamentos a fornecedores		-89.821,86	-157.848,33
Pagamentos ao pessoal		-101.295,87	-98.346,79
Caixa gerada pelas operações		-17.780,25	-15.635,40
Pagamentos/Recebimentos do Imposto sobre o rendimento		-1.102,08	0,00
Outros recebimentos / pagamentos		246,70	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		8.636,05	15.635,40
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		0,00	757,77
Juros e rendimentos similares		68,26	174,65
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		68,26	932,42
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Cobertura de prejuizos		16.955,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Juros e custos similares		-0,12	-0,12
Outras operações de financiamento		0,00	-329,05
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		16.954,88	-329,17
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		25.659,19	10.338,65
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.492,66	23.524,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6.879,19	8.492,66
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		-15.133,47	-15.032,15

Impresso pelo 'Modelo de Análise Financeira - MAFIN 2011' propriedade de Gomes & Martins, Lda.

11/27



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 DA EMPDS BELMONTE, EEM

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, E.E.M., adiante designada EMPDS Belmonte, EEM, é uma Empresa Municipal constituída em 05/03/2004, tem sede na Rua Pedro Alvares Cabral, nº 88, freguesia e concelho de Belmonte, é a pessoa colectiva n.º 506779360 e está inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Belmonte sob o n.º 00001/040315.

Tem como actividade principal as Actividades dos Museus (CAE – 91020).

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou a situações omissas são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Não houve disposições do SNC que tenham sido derogadas e portanto as demonstrações financeiras apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com as NCRF e são as seguintes:

Activos Fixos Tangíveis (NCRF 7)

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das respectivas depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.



Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos irão fluir para a empresa e o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos mínimos de vida útil previstos no Decreto Regulamentar nº25/2009 de 14 de Setembro.

As mais ou menos valias provenientes do abate ou alienação do activo fixo tangível são determinadas pela diferença entre os preços de venda e a quantia líquida escriturada do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

Inventários (NCRF 18)

As mercadorias são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Rédito (NCRF 20)

O rédito proveniente da venda de bens deve ser reconhecido quando i) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão nem o controlo efectivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa, e v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente dos serviços prestados apenas é reconhecido quando i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa, iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada, e iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Subsídios do Governo (NCRF 22)

Os subsídios do Governo, só são reconhecidos após haver segurança de que: i) a empresa cumprirá as condições a ele associadas e ii) os subsídios serão recebidos.



Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para o balanceamento com os gastos relacionados que se pretende que compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Acontecimentos Após a Data do Balanço (NCRF 24)

Acontecimentos após a data do balanço, favoráveis ou desfavoráveis, são os que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão (data em que são disponibilizadas para conhecimento de terceiros).

Os acontecimentos que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço dão lugar ao reconhecimento de ajustamentos, os que surgirem após a data do balanço não dão origem a quaisquer ajustamentos.

Imposto Sobre o Rendimento (NCRF 25)

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto se esse passivo por impostos diferidos resultar das situações referidas no parágrafo 15 da NCRF 25.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.



Instrumentos Financeiros (NCRF 27)

i) Clientes

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii) Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

iii) Fornecedores e outras dívidas de/a terceiros

As dívidas a fornecedores ou de/a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Benefícios dos Empregados (NCRF 28)

A empresa reconhece: i) um passivo quando os empregados tenham prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro e ii) um gasto quando consumir o benefício económico proveniente dos serviços prestados pelos empregados.

Os benefícios dos empregados englobam: benefícios de curto prazo tais como salários, ordenados e contribuições para a segurança social.

Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

Apesar de as estimativas serem determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, poderão sempre ocorrer situações, em períodos subsequentes, que



não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rúbrica de caixa e depósitos bancários:

Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2011	31-12-2010
Numerário	1809,50	1027,82
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5069,69	7464,84
Total de Caixa e Depósitos bancários	6879,19	8492,66

A EMPDS Belmonte, EEM, não tem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso imediato.

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. A EMPDS Belmonte, EEM integra-se no grupo do Município de Belmonte. Esta entidade é fornecedora de artigos promocionais que são vendidos nos museus geridos pela EMPDS Belmonte, EEM, e no ano de 2011 esses fornecimentos ascenderam a 10285,79 euros. O valor em dívida da EMPDS Belmonte, EEM ao Município de Belmonte relativamente a fornecimentos era de 26914,36 em 31/12/2010 e de 18863,14 em 31/12/2011.

Empresa mãe: Município de Belmonte (detentora de 100% do capital da EMPDS Belmonte, EEM).

5.2. O Conselho de Administração da EMPDS Belmonte, EEM, é composto atualmente por dois membros (um presidente e um vogal), pois o terceiro elemento cessou funções. As remunerações da Administração ascenderam a 1435,44 euros, correspondentes às senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração de um vogal, uma vez que o Presidente não auferiu qualquer remuneração.



As notas que se seguem têm como finalidade contribuir para uma melhor compreensão das alterações mais significativas da posição financeira e do desempenho da EMPDS BELMONTE, EEM, face à última data de reporte anual (31/12/2010).

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- a) A mensuração dos activos fixos tangíveis é efectuada ao custo.
- b) Na depreciação dos activos fixos tangíveis é utilizado o método da linha recta.
- c) A vida útil dos bens e as taxas de depreciação usadas respeitam o disposto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.
- d) Os movimentos ocorridos nos valores brutos e nas depreciações dos activos fixos tangíveis foi o seguinte:

Válcores brutos	31.12.2010	Adições	Diminuições	31.12.2011
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0
Equipamento básico	17804,95	485,32	0	18290,27
Equipamento transporte	0	0	0	0
Equipamento administrativo	3190,07	0	0	3190,07
Outros activos fixos tangíveis	6090,86	0	0	6090,86
Total dos activos fixos tangíveis	27085,88	485,32	0	27571,20

Depreciações acumuladas	31.12.2010	Adições	Diminuições	31.12.2011
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	0	0	0	0
Equipamento básico	14069,78	1833,77	0	15903,55
Equipamento transporte	0	0	0	0
Equipamento administrativo	3053,45	136,62	0	3190,07
Outros activos fixos tangíveis	5807,15	196,21	0	6003,36
Perdas imparidade acumuladas	0	0	0	0
Total depreciações acumuladas	22930,38	2166,60	0	25096,98

- e) À data de 31 de Dezembro de 2011 não existem compromissos contratuais materialmente relevantes para aquisição de activos fixos tangíveis.

17/27



7. INVENTÁRIOS

A desagregação dos inventários e dos gastos no período é a seguinte:

Inventários	31-12-2011	31-12-2010
Mercadorias	47530,99	30870,47
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0
Produtos acabados e intermédios	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0
	<u>47530,99</u>	<u>30870,47</u>

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	31-12-2011	31-12-2010
Mercadorias	38402,04	39160,83
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0
	<u>38402,04</u>	<u>39160,83</u>

As mercadorias são valorizadas ao custo.

8. CLIENTES

A decomposição dos clientes é a seguinte:

Clientes	31-12-2011	31-12-2010
Clientes gerais – mercado nacional	1521,51	1665,39
Clientes gerais – mercado intracomunitário	0	0
Clientes gerais – outros mercados	0	0
	<u>1521,51</u>	<u>1665,39</u>

A EMPDS Belmonte, EEM, presta os seus serviços a empresas, instituições e consumidores finais.

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e outros entes públicos (Activo) apresentava as seguintes quantias:

EOEP – Activo	31-12-2011	31-12-2010
Imposto s/ rendimento	4442,99	3358,82
Retenção imposto s/ rendimento	0	0
Imposto s/ valor acrescentado	6699,65	10996,24
Total de Estado e outros entes públicos	<u>11142,64</u>	<u>14355,06</u>



O saldo de Imposto sobre o rendimento diz respeito a pagamentos especiais por conta (PEC) efectuados nos anos 2007, 2009, 2010 e 2011, no valor de 4424,32 euros e às retenções na fonte de rendimentos de capitais efetuadas por terceiros, no valor de 18,67 euros.

Estes montantes podem ser deduzidos à colecta do próprio período de tributação a que respeitam ou, se insuficiente, até ao quarto período de tributação seguinte (n.º 1 do artigo 93º do CIRG).

O saldo do Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) diz respeito ao valor a reportar evidenciado na Declaração de IVA do 4º Trimestre de 2011 (6699,65 euros).

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Outras contas a receber	31-12-2011	31-12-2010
Pessoal (outras operações)	1851,11	0
Devedores por acréscimos de rendimentos	11,33	27,51
	<u>1862,44</u>	<u>27,51</u>

11. DIFERIMENTOS

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

Diferimentos	31-12-2011	31-12-2010
Gastos a reconhecer	151,39	154,62
	<u>151,39</u>	<u>154,62</u>

O saldo apresentado respeita à especialização dos gastos com seguros pagos no ano de 2011, com periodicidade do ano seguinte.

12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Esta rubrica tem a decomposição seguinte:

Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2011	31-12-2010
Caixa	1809,50	1027,82
Depósitos à ordem	4885,28	2348,57
Outros Depósitos bancários	184,41	5116,27
	<u>6879,19</u>	<u>8492,66</u>

Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.



13. CAPITAL PRÓPRIO

Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

Capital próprio	31-12-2011	31-12-2010
Capital	5000,00	5000,00
Prestações suplementares	0	0
Reservas legais	0	0
Outras reservas	0	0
Resultados transitados	18098,02	8675,71
Outras variações no capital próprio	1199,80	1599,36
Resultado líquido do exercício	1391,78	-7462,18
Total do Capital próprio	<u>25689,6</u>	<u>7812,89</u>

O capital social da empresa é de 5000 euros e encontra-se totalmente realizado. É detido a 100 % pelo Município de Belmonte.

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Os resultados transitados registaram uma variação positiva de 109% no valor de 9422,31 euros, em consequência de:

- a) Aplicação do resultado líquido do exercício de 2010 no valor de -7462,18 euros.
- b) Cobertura dos prejuízos de anos anteriores no valor de 16955,00 euros.
- c) Reconhecimento do imposto diferido relativo aos subsídios relacionados com activos no valor de -70,51 euros.

14. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foi como segue:

Passivos por impostos diferidos	Movimentos
Reconhecimento inicial de passivos por impostos diferidos – respeitante à imputação dos subsídios associados com activos a rendimentos	282,24
Reconhecimento de impostos diferidos em 2011	<u>-70,51</u>
	<u>211,73</u>



O detalhe dos passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é como segue:

Passivos por impostos diferidos	31-12-2011
---------------------------------	------------

Passivos por impostos diferidos – respeitante à imputação dos subsídios associados com activos a rendimentos	211,73
	<u>211,73</u>

A EMPDS Belmonte, EEM, reconheceu pela primeira vez impostos diferidos no exercício de 2010.

De acordo com a legislação em vigor a entidade utiliza uma taxa de impostos diferidos de 15% (15% de taxa de IRC + 0% de taxa de Derrama).

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 pode ser detalhado como segue:

Imposto sobre o rendimento	31-12-2011
Imposto estimado para o período	0
Tributações autónomas	0
Imposto diferido	70,51
Total do imposto sobre o rendimento do período	<u>70,51</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

Imposto sobre o rendimento	31-12-2011
Resultados antes de impostos	1321,27
Diferenças permanentes	0
Resultado após diferenças permanentes (Lucro tributável)	<u>1321,27</u>
Taxa de imposto	15%
Imposto do exercício	0
Imposto diferido de diferenças temporárias	70,51
Tributações autónomas	0
Imposto total	<u>70,51</u>

15. FORNECEDORES

A rúbrica de fornecedores apresenta os saldos seguintes:

Fornecedores	31-12-2011	31-12-2010
Fornecedores c/c	30904,53	36370,42
Total de Fornecedores	<u>30904,53</u>	<u>36370,42</u>

A dívida a fornecedores c/c resulta do desenvolvimento da actividade operacional.



16. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e outros entes públicos (Passivo) apresentava as seguintes quantias:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Imposto s/ rendimento	0	0
Retenção de imposto s/ rendimento (IRS)	354,00	410,00
Contribuições p/ a segurança social	1775,76	1790,08
Total de Estado e outros entes públicos	<u>2129,76</u>	<u>2200,08</u>

As retenções de IRS e as contribuições para a Segurança Social, evidenciam as retenções/ contribuições efectuadas no mês de Dezembro de 2011 e pagas em Janeiro de 2012.

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Remunerações a pagar ao pessoal	0	0
Outras operações com o pessoal	0	0
Fornecedores de investimentos	596,94	432,71
Credores por acréscimos de gastos	11594,87	11636,59
Passivos por impostos diferidos	0	0
Outros credores	0	0
	<u>12191,81</u>	<u>12069,30</u>

O saldo de acréscimo de gastos corresponde à estimativa para férias, subsídio de férias e respectivos encargos, relativos a direitos adquiridos no ano de 2011, que a EMPDS Belmonte, EEM, liquidará no ano de 2012 (11493,79 euros) e ainda à especialização de eletricidade a liquidar (16,94 euros) e comunicação a liquidar (84,14 euros).

18. DIFERIMENTOS

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

Diferimentos	31-12-2011	31-12-2010
Rendimentos a reconhecer	<u>434,95</u>	<u>986,28</u>
	<u>434,95</u>	<u>986,28</u>

O saldo apresentado respeita à especialização dos rendimentos com subsídios ao projecto de promoção turística a imputar aos anos seguintes.



19. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Vendas e Prestações de serviços – mercado nacional	157034,33	151024,79
Vendas e Prestações de serviços – mercado intracomunitário	0	0
Vendas e Prestações de serviços – outros mercados	0	0
	<u>157034,33</u>	<u>151024,79</u>

20. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Subsídios à exploração do Estado e outros entes públicos	551,33	90536,53
	<u>551,33</u>	<u>90536,53</u>

Foram imputados a rendimentos do exercício, o valor relativo ao incentivo ao projecto de promoção turística na proporção dos gastos contabilizados (551,33 euros).



21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Subcontratos	0	75754,78
Trabalhos especializados	2738,58	4567,56
Publicidade e propaganda	1405,00	13592,55
Vigilância e segurança	217,14	1821,23
Honorários	5234,90	3900,00
Conservação e reparação	0	0
Outros serviços especializados	981,10	835,68
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	444,78	274,07
Livros e documentação técnica	0	0
Material de escritório	1019,43	1279,30
Artigos para oferta	0	0
Outros materiais	897,05	1693,91
Eletricidade	68,89	0
Combustíveis	377,57	0
Água	0	0
Outros fluídos	0	14,81
Deslocações e estadas	768,00	585,85
Transportes de pessoal	0	0
Rendas e alugueres	0	0
Comunicação	3463,19	2919,72
Seguros	505,36	113,94
Contencioso e notariado	12,50	162,50
Despesas de representação	0	79,00
Limpeza, higiene e conforto	509,56	184,91
Outros serviços	933,40	717,90
	<u>19576,45</u>	<u>108497,71</u>

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram um decréscimo de cerca de 82% (-88921,26 euros) relativamente ao período homólogo do ano anterior, que se deve essencialmente à rubrica de subcontratos.

Os honorários (27%), a comunicação (18%), os trabalhos especializados (14%), a publicidade propaganda (7%) e material de escritório (5%) representam cerca de 71% do total dos FSE.

24/27



22. GASTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Remunerações dos órgãos sociais	1435,44	2870,88
Remunerações do pessoal	83237,25	80183,84
Encargos sobre remunerações	15526,76	14458,07
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	604,79	682,21
Outros gastos com o pessoal	0	151,79
	<u>100804,24</u>	<u>98346,79</u>

Os gastos com o pessoal aumentaram cerca de 2,5% face ao exercício anterior.

As remunerações dos órgãos sociais (conselho de administração) no período em análise ascenderam a 1435,44 euros, correspondentes às senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração.

A média de funcionários ao serviço da EMPDS Belmonte, EEM, no ano de 2011, não sofreu variação e situou-se em 8.

23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0	0
Descontos de pronto pagamento obtidos	0	0,06
Correções relativas a períodos anteriores	3398,69	252,56
Imputação de subsídios para investimento	470,07	470,07
Outros não especificados	782,39	8,11
	<u>4651,15</u>	<u>730,80</u>

As correções de períodos anteriores englobam a reposição de senhas de presença, do ano de 2010, do vogal do conselho de administração que renunciou ao mandato e com correções de saldos de fornecedores de dívidas não reclamadas de anos anteriores.



24. OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Impostos	0	39,00
Outros gastos	36,96	1236,22
Outros gastos de financiamento	0	0
	<u>36,96</u>	<u>1275,22</u>

Os outros gastos respeitam essencialmente a correcções relativas a exercícios anteriores resultantes da perda de retenções na fonte efetuadas.

25. GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Activos fixos tangíveis	2166,60	2718,79
Activos intangíveis	0	0
	<u>2166,60</u>	<u>2718,79</u>

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com o disposto no Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

26. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Juros obtidos	70,75	174,65
Outros rendimentos similares	0	0
	<u>70,75</u>	<u>174,65</u>

Esta rubrica reflecte os juros obtidos com as aplicações de tesouraria efectuadas pela entidade.

26/27



27. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Juros Suportados	0	0,12
Outros gastos de financiamento	0	0
	<u>0</u>	<u>0,12</u>

Em 2011, esta rubrica não registou movimentos.

28. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Imposto sobre o rendimento	31-12-2011
Imposto corrente	0
Imposto diferido	<u>70,51</u>
Total do imposto sobre o rendimento do período	<u>70,51</u>

29. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

As alterações ocorridas em cada uma das rubricas de capital próprio encontram-se evidenciadas e explicadas na nota n.º 13 acima.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 28 de Março de 2012.

Belmonte, 28 de Março de 2012

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE (EMPDS - BELMONTE, EM)**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 71.562 euros e um total de capital próprio de 25.690 euros, incluindo um resultado líquido de 1.392 euros), as Demonstrações de Resultados por naturezas, de Alterações nos Capitais Próprios e a dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizados na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE (EMPDS - BELMONTE, EM)**, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Covilhã, 28 de Março de 2012

CRUZ MARTINS & PEGA MAGRO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por

João Alberto da Cruz Martins, ROC n.º 735



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar-vos o relatório da nossa actividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas da **EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE (EMPDS – BELMONTE), E.M.**, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
2. No desempenho das funções de fiscal único acompanhámos a actividade desenvolvida pela empresa, sobretudo através das actas das reuniões do Conselho de Administração e dos contactos com os respectivos membros, e efectuámos os procedimentos julgados necessários ao exercício das nossas funções, bem como da observância da lei e dos estatutos.
3. Durante o exercício verificámos, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte. Os critérios de valorimetria utilizados na prestação de contas estão em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis e encontram-se adequadamente evidenciados no anexo às demonstrações financeiras.
4. Analisámos os documentos de prestação de contas preparados em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística bem como o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que os mesmos possibilitam uma adequada compreensão da situação financeira da empresa em 31 de Dezembro de 2011, bem como do modo como se desenrolaram as actividades e se formou o resultado do período acima referido.
5. Decorrente da análise efectuada, chamamos a atenção que a empresa está sujeita ao cumprimento das obrigações decorrentes do Código dos Contratos Públicos, na parte aplicável, designadamente a publicitação dos contratos celebrados, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.

1/2



6. Elaborámos, para além do parecer sobre a informação financeira referente ao exercício de 2011, a certificação legal de contas decorrente do exame efectuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste relatório.

7. Face ao que antecede, e tendo em consideração o conteúdo da certificação legal de contas, o fiscal único é de parecer que:

- a) O Relatório apresentado pelo Conselho de Administração deve ser aprovado;
- b) As contas apresentadas pelo Conselho de Administração constituídas por Balanço, Demonstração de Resultados por natureza, Demonstração de fluxos de caixa, Demonstração de alterações do capital próprio e respectivo Anexo devem ser aprovadas;
- c) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração deve ser aprovada.

8. Por último é nosso desejo agradecer a colaboração prestada pelo Conselho de Administração e serviços respectivos.

Covilhã, 28 de Março de 2012

CRUZ MARTINS & PÊGA MAGRO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

João Alberto Cruz Martins, ROC n.º 735